



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/09/2012

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
1.3. RECONHECER É AMAR!.....	3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. COMARCAS.....	4
2.2. OBRAS/REFORMA.....	5
2.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	6
2.4. SEMANA DE CONCILIAÇÃO.....	7
3. JORNAL EXTRA	
3.1. RECONHECER É AMAR!.....	8
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DECISÕES.....	9 - 10
4.2. DESEMBARGADORES.....	11
4.3. EXECUÇÃO PENAL.....	12
4.4. VARA CRIMINAL.....	13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	14 - 18
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. EXECUÇÃO PENAL.....	19
6.2. OBRAS/REFORMA.....	20
6.3. RECONHECER É AMAR!.....	21 - 22
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	23 - 24
7.2. CORREIÇÕES.....	25
7.3. DESEMBARGADORES.....	26
7.4. OBRAS/REFORMA.....	27
7.5. RECONHECER É AMAR!.....	28

MORROS

Caminhada do projeto "Una-se à Vida" será realizada sábado

Uma caminhada com o objetivo de conscientizar os moradores e os visitantes de Morros sobre a reciclagem do lixo será realizada no próximo sábado, dia 29, às 9h, com concentração na Cooperativa de Reciclagem de Morros. A ação faz parte do projeto "Una-se à Vida", de iniciativa da juíza Ticiany Gedeon Marques Palácio, titular da comarca, e do promotor de Justiça da comarca, Fernando Aragão. O projeto concorre ao Prêmio Innovare 2012.

"Queremos que a população que mora no município e os visitantes tenham consciência da importância da reciclagem do lixo e contribuam com a coleta seletiva. Precisamos contribuir com a preservação do meio ambiente, principalmente com a preservação do Rio Una, que banha Morros e é o principal atrativo turístico da cidade", comenta a juíza Ticiany Palácio.

Durante a ação, os moradores que concordarem em realizar a coleta seletiva serão orientados sobre como realizá-la e será colado um adesivo que identifica aquela residência

como parceira do projeto.

Projeto - Além da reciclagem, o projeto "Una-se à vida", que teve início em janeiro deste ano, capacitou policiais militares e civis de forma que eles possam atuar na fiscalização dos crimes contra o meio ambiente com eficácia. Os professores da rede de ensino da comarca também foram capacitados por técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. O objetivo é inserir na grade curricular das escolas, a educação ambiental.

Segundo Ticiany Palácio, a principal motivação para o início dos trabalhos foi a evidente degradação do meio ambiente na comarca, através da construção de bares e casas na beira do rio Una, retirada das matas ciliares, poluição sonora e descarte de lixo inadequadamente, poluindo o rio. A partir da constatação, foram identificados os núcleos familiares, realizadas reuniões e audiências públicas com o intuito de dar início à conscientização da importância de preservação desses recursos naturais para toda a população da comarca.

SERVIÇOS JUDICIAIS

Indefinição da OAB provoca prejuízo para Justiça do MA



O quadro de indefinição preocupa o presidente do TJ, que alerta Mario Macieira quanto a prejuízos na prestação de serviços judiciários

O presidente Antonio Guerreiro Júnior cobrou a seccional da OAB na quarta-feira (26) quanto a demora na formação e remessa da lista sêxtupla ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para o preenchimento da vaga de desembargador a que o órgão tem direito pelo quinto constitucional.

O TJMA informou a OAB sobre a existência de uma vaga de desembargador em abril deste ano. De lá para cá o presidente em-

possou três novos membros na Corte: os desembargadores Kleber Costa Carvalho, Vicente de Paula e Raimundo Barros - os três oriundos da magistratura de 1º grau.

O Tribunal reconhece a inexistência de prazos específicos para que a OAB conclua o processo. A indefinição, contudo, provoca prejuízos para a Corte de Justiça, em razão da crescente e excessiva demanda processual e obstáculos à celeridade

jurisdicional, argumenta Guerreiro Júnior em ofício ao presidente da seccional da Ordem, Mário Macieira.

O quadro de indefinição preocupa o presidente do TJMA, que alerta Macieira quanto a prejuízos na prestação de serviços judiciários, com reflexo direto para a sociedade. "A classe advocatícia é indispensável na administração da Justiça e continuamente busca a melhoria na efi-

ciência do Judiciário", assevera o presidente. Cada desembargador do TJMA é responsável pelo exame de cerca de 1.200 processos/ano.

Guerreiro Júnior diz que a iniciativa não deve ser interpretada como ingerência em assuntos internos da OAB, mas deve ciência dos atos da presidência aos outros 25 desembargadores do TJMA e sociedade. Quando a vaga da OAB estiver preenchida, o Tribunal terá 27 magistrados de 2º grau.

"RECONHECER É AMAR"

Mutirão acontece em São Luís nesta sexta

Em razão da crescente demanda do Projeto "Reconhecer é Amar", a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ) realiza nesta sexta-feira, 28, no Fórum Desembargador Sarney Costa, um mutirão de reconhecimentos de paternidade. A ação acontecerá sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês, em parceria com as varas da Família e o Laboratório de Biologia Molecular.

Para o primeiro dia, já estão agendadas 26 audiências na 1ª Vara da Família, cujo titular é o magistrado José de Ribamar Castro.

Elas são referentes à indicações de reconhecimento de paternidade, feitas pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos, no Posto "Reconhecer é Amar", instalado no Fórum do Calhau, no dia 17 de julho deste ano.

Com vistas a incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário baseado no Programa "Pai Presente" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e garantir celeridade ao projeto, os mutirões, previamente acordados com todos os magistrados das 7 Varas de Família da capital, acontecerá simultaneamente na unidade jurisdicional e no

Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Durante a ação, o pai terá a oportunidade de reconhecer espontaneamente seu filho. Caso não queira, o magistrado determinará que ele realize o exame de DNA, logo em seguida à audiência, no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Desde a inauguração do posto do "Reconhecer é Amar", no Fórum de São Luís, já foram registrados: 142 reconhecimentos espontâneos e 74 indicações de paternidade.

Conselho

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



SANTA INÊS - A Comarca de Santa Inês instalou o Conselho da Comunidade. A juíza Larissa Tupinambá Castro, titular da 2ª Vara e da Execução Penal, promoveu a instalação para possibilitar a adoção de medidas efetivas para atenuar ou resolver os problemas do sistema penitenciário, buscando a cooperação da sociedade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança. No evento, Larissa Tupinambá Castro defendeu também a ampliação do rol de sanções alternativas para reduzir a lotação das cadeias e permitir a reinserção social dos condenados. O Conselho é formado por uma equipe multidisciplinar composta por advogados, psicólogos, assistentes sociais, empresários e professores.

Novos fóruns

O processo de licitação para construção de novos fóruns no interior foi concluído esta semana pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Serão beneficiadas dessa vez as comarcas de Santa Helena, Magalhães de Almeida e São Bernardo, confirma o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. De acordo com a Diretoria de Engenharia do TJMA, os serviços devem ter início em outubro. Também estão em licitação os novos fóruns de Imperatriz (segunda maior comarca do estado), Açailândia, Cidelândia e São Pedro da Água Branca. Em Joselândia, o prédio está pronto.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2012
Processo n.º. 29.469/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º. 18/04-TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE**, para **Aquisição de Material Gráfico (envelope com brasão) para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, no dia 11/10/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidido por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na **Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA**. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 28 de setembro de 2012.

Allyson Frank Gouveia Costa
Pregoeiro TJ/MA

Conciliação

ARARI - A Comarca de Arari já iniciou os preparativos para a Semana da Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que ocorrerá de 7 a 14 de novembro. Acatando sugestão do CNJ, a Comarca agendou audiências para o fim de semana (dias 10 e 11) incluído no período. O mínimo recomendado pelo CNJ é de 100 audiências por comarca.

Corregedoria promove mais um mutirão para reconhecimento de paternidade

Em razão da crescente demanda do Projeto “Reconhecer é Amar”, a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ) realiza nesta sexta-feira, 28, no Fórum Desembargador Sarney Costa, um mutirão de reconhecimentos de paternidade. A ação acontecerá sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês, em parceria com as varas da Família e o Laboratório de Biologia Molecular.

Para o primeiro dia, já estão agendadas 26 audiências na 1ª Vara da Família, cujo titular é o magistrado José de Ribamar Castro. Elas são referentes a indicações de reconhecimento de paternidade, feitas pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos, no Posto “Reconhecer é Amar”, instalado no Fórum do Calhau, no dia 17 de julho deste ano. Com vistas a incentivar o reconhecimento de paterni-

dade voluntário baseado no Programa “Pai Presente” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e garantir celeridade ao projeto, os mutirões, previamente acordados com todos os magistrados das 7 Varas de Família da capital, acontecerão simultaneamente na unidade jurisdicional e no Laboratório Forense de Biologia Molecular. Durante a ação, o pai terá a oportunidade de reconhecer espontaneamente seu filho.

Caso não queira, o magistrado determinará que ele realize o exame de DNA, logo em seguida à audiência, no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Desde a inauguração do posto do “Reconhecer é Amar”, no Fórum de São Luís, já foram registrados: 142 reconhecimentos espontâneos e 74 indicações de paternidade.

CASSAÇÃO DO MANDATO DE PREFEITO INADIMPLENTE É CULTURA DA TRANSPARÊNCIA

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), conselheiro Edmar Serra Cutrim, comentou nesta quinta-feira(27) a decisão do Tribunal de Justiça que cassou o mandato do prefeito de Cajapió. Para Cutrim, a decisão deve servir de alerta aos gestores de recursos públicos quanto às graves consequências do descumprimento do dever constitucional de prestar contas. **(Página 06)**

Para presidente do TCE, cassação do mandato de prefeito inadimplente é cultura da transparência

De acordo com o conselheiro, a decisão do judiciário vai de encontro aos anseios da sociedade por transparência e respeito às normas legais em todas as esferas da administração pública

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), conselheiro Edmar Serra Cutrim, comentou nesta quinta-feira(27) a decisão do Tribunal de Justiça que cassou o mandato do prefeito de Cajapió. De acordo com o conselheiro, a decisão do judiciário vai de encontro aos anseios da sociedade por transparência e respeito às normas legais em todas as esferas da administração pública.

Para ele, a decisão deve servir de alerta aos gestores de recursos públicos quanto às graves consequências do descumprimento do dever constitucional de prestar contas.

"É lamentável que a essa altura ainda haja gestores capazes de ignorar uma obrigação tão básica, mas as instituições estão dando um claro sinal de maturidade e fazendo cumprir a lei em benefício de toda a coletividade", afirma Cutrim, para quem a decisão do TJ fortalece o sistema de controle externo como um todo.



O prefeito de Cajapió, Francisco Xavier Silva Neto, teve seu mandato cassado pelo Tribunal de Justiça do Estado por ter deixado de apresentar ao TCE no prazo legal a prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2008.

Conforme decisão da 2ª Câmara Criminal do TJ, o prefeito, além de perder o cargo, ficará inabilitado a exercer qualquer outra função pública pelo prazo de cinco anos. A sentença transitou em julgado, não cabendo mais recurso

para reverter a decisão.

A conduta atribuída ao prefeito, devidamente comprovada segundo a decisão judicial, está prevista no artigo 1º, inciso VI do Decreto-Lei nº. 201/67, que trata de crimes de responsabilidade dos prefeitos.

OAB/MA responde ao Tribunal de Justiça

Por falar em eleição da OAB, o presidente da instituição, Mário Macieira, enviou nesta quinta-feira, dia 27, ofício ao presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior, com informações sobre o processo de composição da lista sêxtupla com nomes de advogados para escolha de desembargador pelo Quinto Constitucional. No documento, Mário Macieira reafirma que o procedimento em curso atende ao devido processo legal. No ofício, Mário Macieira lembrou que somente em abril a OAB/MA foi comunicada da vaga a ser preenchida pelo Quinto Constitucional. E logo na primeira quinzena de maio, a diretoria publicou edital informando sobre a abertura do processo de escolha, tendo os interessados 15 dias a contar da data de publicação para se inscreverem.

Normas do Estatuto da Advocacia

Ainda no documento enviado ao TJ., o presidente da OAB informa que após a análise das inscrições requeridas, por 20 advogados, pela diretoria da entidade, duas delas foram indeferidas, estando, atualmente, em fase de apreciação dos recursos, que serão julgados pelo Conselho Seccional, observados os prazos regimentais. Mário Macieira lembrou que a OAB/MA não pode se afastar das normas do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94), bem como do Provimento nº 102/204 do Conselho Federal da OAB, que dispõe sobre a indicação, em lista sêxtupla, de advogados que devam integrar os Tribunais. O presidente da Seccional informou, ainda, que a entidade emitira nota pública sobre o fato para que "não caiba à OAB/MA a responsabilidade pelos possíveis atrasos na prestação jurisdicional, pela Corte de Justiça".

SISTEMA PRISIONAL

Proposta de melhoria é apresentada ao Governo

O juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Capital, e coordenador em exercício do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, Douglas de Melo Martins, protocolou documento esta semana, no gabinete da governadora Roseana Sarney, reunindo 22 sugestões para melhoria do sistema prisional maranhense.

A proposta contempla a construção e reforma de 30 estabelecimentos prisionais na capital e no interior do Estado com vistas a abertura de 3000 vagas no sistema penitenciário. Essa conquista possibilitaria a retirada de todos os presos de delegacias de polícia, e acabaria com a superlotação das unidades existentes.

Para o correto funcionamento das atuais e novas unidades prisionais, o termo prevê concursos públicos para preenchimento de vagas de agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais e agentes administrativos.

"Os problemas são graves e as soluções dependem de todas as instituições, mas o Poder Executivo tem um déficit de décadas que precisa

ser resolvido com urgência", observa Douglas de Melo.

O documento foi elaborado com base nos relatórios dos mutirões carcerários realizados nos últimos anos, e em estudos e levantamentos do CNJ, TJMA e Ministério Público, Defensoria Pública - parceiros que querem firmar termo de compromisso com o governo do Estado.

O defensor Alberto Bastos prega o fortalecimento das defensorias públicas com crescente interiorização, e a construção de unidades prisionais no interior do Estado na metodologia APAC". A promotora Rosanna Conceição Gonçalves acredita que os itens contemplados no termo atenderão às diretrizes da Lei de Execução Penal, garantindo assim os direitos constitucionais dos presos.

O termo também trata de providências quanto a área da infância. Há hoje apenas única unidade de internação para adolescentes envolvidos em atos infracionais mais graves - o Centro de Juventude Esperança (Maiobinha) -, que está interditado e não tem estrutura física e pedagógicas compatíveis com as diretrizes do ECA e da Lei 12.594/12, sobre Medidas Socioeducativas.

CONDENAÇÃO

Mutirão do Júri é realizado em Timon

Foi concluída, nesta quinta-feira, 27, a primeira etapa do Mutirão do Júri em Timon, iniciado no último dia 18, com a realização de onze sessões do Tribunal do Júri. Até agora foram condenados nove réus e absolvidos outros dois.

A meta do mutirão é julgar 29 processos, com a realização de dois julgamentos simultâneos a cada dia. Além desse, já estão marcados mais dois mutirões que acontecerão, em uma segunda etapa, no período de 2 a 11 de outubro com a realização de mais doze sessões e, na terceira etapa, acontecerão outros doze júris, designados para o período de 27 a 29 de novembro deste ano.

O Ministério Público está sendo representado pelo titular da 3ª Vara Criminal da Comarca, Fernando Evelim de Miranda Meneses e pelos promotores de justiça Antonio Borges Nunes Junior e Elda Maria Alves Moura, de Timon; Edilson Santana de Sousa e Fábio Menezes de Miranda, de Caxias; Alenil-

ton Santos da Silva Júnior, de São Francisco do Maranhão; e Renato Igor Viturino Aragão, de São Raimundo das Mangabeiras. Proferiu as sentenças a juíza Lewman de Moura Silva.

Com o Mutirão, a 3ª Vara Criminal da Comarca busca atingir a meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) deliberada em parceria pelos Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ).

De acordo com o promotor de justiça Alenilton Santos, o Ministério Público não mediu esforços em corresponder à demanda do judiciário, agilizar e dar maior efetividade ao julgamento e conclusão desses processos.

O promotor Fernando Evelim declarou que, com o mutirão de júris, o órgão ministerial tem buscado contribuir na conclusão das ações penais de competência do tribunal do júri no sentido de dar uma resposta à sociedade aos crimes que estão sendo julgados.

Valeu!

Para o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Edmar Serra Cutrim, a cassação do prefeito de Cajapió, Francisco Xavier Neto, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, foi ao encontro dos anseios da sociedade por transparência e respeito às normas legais em todas as esferas da administração pública. "Mostra que prestação de contas aos órgãos de controle, como o TCE, não é brincadeira. É coisa séria."

Ato exemplar (1)

O ato de saneamento moral e ético imposto pela juíza federal Clemência Maria Almada Lima de Ângelo, em Paço do Lumiar, não poderia ter ocorrido em momento mais oportuno. Ela autorizou a Polícia Federal colocar tornozeleiras em políticos e prefeitos que se tornaram, no vizinho município de São Luís, uma corja de saqueadores do erário.

Ato exemplar (2)

Uma prefeita portando a indesejável tornozeleira eletrônica, monitorada pela Polícia Federal, é exemplar, nesse momento de campanha eleitoral, quando os candidatos travam uma verdadeira guerra pelo voto e pelo poder municipal. A decisão da juíza Clemência Almada Lima tem que ser vista e analisada com lupa pelo eleitorado e pelos candidatos. O eleitor tem a responsabilidade de escolher candidatos que não lhes constriam amanhã.

MENSALÃO EM PAÇO DO LUMIAR?

CONVERSA TELEFÔNICA VAZA À IMPRENSA E REVELA SUPOSTO ESQUEMA DE PAGAMENTO DE MENSALIDADE A VEREADORES

Parte do inquérito da investigação Allien, deflagrada semana passada pela Polícia Federal e que resultou no afastamento da prefeita, vazou e foi divulgada nos blogs de Gilberto Léda, Luís Cardoso e Luís Pablo. Os trechos divulgados mostram diálogos que apontam um esquema entre

Executivo e Legislativo no desvio de recursos. A denúncia é de que vereadores do município podem fazer parte de um esquema de mensalinho. O advogado de Bia Venâncio, Marco Lobo, disse que não sabe de nenhuma denúncia sobre o caso e que continuam aguardando o julgamento. POLÍTICA 5

■ INVESTIGAÇÃO

A cidade das surpresas

Trechos do inquérito que investiga desvio de recursos em Paço do Lumiar, divulgados em blogs, apontam indícios de um "mensalinho" para os vereadores

CLODOALDO CORRÊA

A crise do grupo político de Bia Venâncio (PSD), em Paço do Lumiar, aumenta a cada dia. Agora, a denúncia se estende aos vereadores do município, sob suspeita de fazerem parte de um esquema de "mensalinho". Ontem, vazou parte do inquérito que trata da Operação Allien, deflagrada na semana passada pela Polícia Federal e que resultou no afastamento da prefeita. Os trechos do inquérito foram divulgados nos blogs do Luís Cardoso, Luís Pablo e Gilberto Léda, os quais mostram diálogos que apontam um esquema entre Executivo e Legislativo no desvio de recursos.

De acordo com informações citadas pelos blogs que divulgaram trechos do inquérito, o documento que pede a prisão temporária dos vários envolvidos no esquema, diálogos entre Thiago Aroso, Bia Venâncio, Alderico Campos (presidente da Câmara Municipal) e Luís Carlos Teixeira (ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação da cidade) demonstram certa "ajuda" que seria oferecida aos parlamentares.

No trechos divulgados, Thiago Aroso fala à mãe em um trecho que a própria Polícia Federal qualifica como "mensalinho" aos vereadores. Thiago diz à mãe que "o que eles estavam querendo é que a gente continuasse man-

tendo eles, continuasse ajudando para ter um relacionamento institucional", afirmou. Na conversa, eles tratam sobre um projeto de lei relacionado à educação (não especifica qual) que deveria ser aprovado. Até mesmo o vereador de oposição Fernando Muniz é citado por Thiago como tendo aceitado a propina. Os diálogos não deixam claro quantos e quais parlamentares estariam envolvidos.

No trecho que trata do pagamento, o filho da prefeita fala à mãe, que acertaria com os vereadores. Bia fala: "não manda o dinheiro", o Thiago responde que tratou com Luís Carlos para pagar os vereadores de forma individual "por fora".

Em uma conversa de Alderico, o presidente da Câmara de Paço diz que Thiago tinha compromisso com todos os vereadores, inclusive com ele. Ele completa: "Ele honrou ontem à noite, ele chamou todo mundo tá aqui, tá aqui. Comigo eu perguntei como é que ia ser, ele disse depois vou ver".

O vereador do município e candidato a prefeito de Paço do Lumiar Sebastião Almeida (PSDB) falou que não estava sabendo desse "mensalinho". "Isso não existe. Eu nunca vi. Os vereadores aprovam o que querem aprovar e desaprovam conforme querem. Nunca me ofereceram nada e eu não aceitaria

nada para aprovar qualquer coisa que seja", afirmou. Almeida, que havia sido aclamado candidato a prefeito com o apoio do grupo de

Bia, disse que estava afastado deles e nunca mais tinha conversado com Bia ou Thiago Aroso.

O advogado de Bia Venâncio, Marco Lobo, disse que não sabe da discussão sobre "Mensalão de Paço", pois não existe acusação sobre o tema. "Não é citada nenhuma acusação com relação a isso. Portanto, não há nem o que se referir sobre isso. Continuamos confiantes aguardando o julgamento dos recursos que demos entrada", declarou.

Tornozeleiras

A prefeita Bia Venâncio, o filho e mais 17 pessoas foram indiciadas pela Polícia Federal e passaram a utilizar tornozeleira eletrônica e estão sendo monitorados 24 horas. A aplicação da medida cautelar foi desencadeada na Operação Allien da Polícia federal, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU). Mais de R\$ 15 milhões teriam sido desviados de recursos federais da Educação.



Policiais Federais durante operação Allien: blogs divulgaram trechos de escutas feitas pela PF que apontariam "mensalinho" ao vereadores de Paço do Lumiar

Operação da PF afastou prefeita

A operação 'Allien' também cumpriu 20 mandados de busca e apreensão. Foram apreendidos R\$ 255 mil, uma arma de fogo, 35 computadores, documentos e cinco carros de luxo. Segundo a polícia, o esquema criava empresas fantasmas para prestar serviços para a prefeitura. Os serviços, muitas vezes, não eram prestados ou eram de forma precária. Por conta da investigação, Bia Venâncio foi afastada do cargo e no lugar dela assumiu o prefeito Raimundo Filho.

Os envolvidos responderão pelos crimes de desvio de recursos públicos (art. 1º do DL 201/67), uso de documento falso e formação de quadrilha (art. 288 e 304 do Código Penal), fraude em licitações (art. 90 da lei 8666/93) e lavagem de dinheiro (art. 1º da lei 9613/98).

Os acusados alvos da investigação não podem deixar o município, não podem se aproximar da prefeitura e nem sair de casa à noite.

Nesta semana, no Tribunal de Justiça do Maranhão, Bia Venâncio foi condenada a um ano de detenção e a pagamento de multa pelo crime de prevaricação. Para os desembargadores, a prefeita teria cometido crime de prevaricação com o intuito de satisfazer interesse pessoal, e fez publicar em Diário Oficial do Estado projetos de lei de sua autoria com o objetivo de incrementar a arrecadação do ente público por meio da criação ou aumento de tributos.

A Prefeitura de Paço já está sob o comando do vice, Raimundo Filho (PHS), que faz um recadastramento para identificar possíveis funcionários fantasmas no município. O recadastramento encerra amanhã. O funcionário que não comparecer terá seu salário suspenso.

Maranhão

Proposta de melhoria do sistema prisional é apresentada ao Governo

O juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Capital, e coordenador em exercício do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, Douglas de Melo Martins, protocolou documento esta semana, no gabinete da governadora Roseana Sarney, reunindo 22 sugestões para melhoria do sistema prisional maranhense.

A proposta contempla a construção e reforma de 30 estabelecimentos prisionais na capital e no interior do Estado com vistas a abertura de 3000 vagas no sistema penitenciário. Essa conquista possibilitaria a retirada de todos os presos de delegacias de polícia, e acabaria com a superlotação das unidades existentes.

Para o correto funcionamento das atuais e novas unidades prisionais, o termo

prevê concursos públicos para preenchimento de vagas de agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais e agentes administrativos.

"Os problemas são graves e as soluções dependem de todas as instituições, mas o Poder Executivo tem um déficit de décadas que precisa ser resolvido com urgência", observa Douglas de Melo.

O documento foi elaborado com base nos relatórios dos mutirões carcerários realizados nos últimos anos, e em estudos e levantamentos do CNJ, TJMA e Ministério Público, Defensoria Pública - parceiros que querem firmar termo de compromisso com o governo do Estado.

O defensor Alberto Bastos prega o fortalecimento das defensorias públicas



O documento entregue pelo juiz Douglas Melo Martins contém 22 propostas

com crescente interiorização, e a construção de unidades prisionais no interior do Estado na metodologia APAC". A promotora Rosanna Conceição Gonçalves acredita que os itens contemplados no termo atenderão às diretrizes da Lei de Execução Penal, garantindo assim os direitos constitucionais dos presos.

O termo também trata de

providências quanto a área da infância. Há hoje apenas única unidade de internação para adolescentes envolvidos em atos infracionais mais graves - o Centro de Juventude Esperança (Maiobinha) - , que está interditado e não tem estrutura física e pedagógicas compatíveis com as diretrizes do ECA e da Lei 12.594/12, sobre Medidas Socioeducativas.

No interior do MA

Aprovada construção de três novos fóruns

O processo de licitação para construção de novos fóruns no interior foi concluído esta semana pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Serão beneficiadas dessa vez as comarcas de Santa Helena, Magalhães de Almeida e São Bernardo, confirma o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

De acordo com a Diretoria de Engenharia do TJMA, os serviços devem ter início em outubro. Também estão em licitação os novos fóruns de Imperatriz (segunda maior comarca do estado), Açailândia, Cidelândia e São Pedro da Água Branca.

“Alavancamos um plano de engenharia que visa dotar as comarcas de estrutura necessária para atendimento de qualidade ao cidadão que precisa da Justiça”, diz Guerreiro Júnior.

O presidente assegura a instalação das comarcas de Joselândia e Miranda do

Norte. Em Joselândia o prédio está pronto e recebe nova mobília e equipamentos. Em Miranda do Norte, o Tribunal aguarda a cessão de imóvel a ser doado pelo Governo do Estado.

“São comarcas criadas, mas não-instaladas. A inauguração dos novos fóruns vai desafogar a intensa demanda de processos nas regiões Central e Norte e acelerar a prestação jurisdicional”, avalia Guerreiro Júnior.

ENTREGA – Segundo o diretor de Engenharia do TJMA, Rui Barbosa Lima Sobrinho, está prevista para novembro a entrega das sedes próprias das comarcas de Pio XII, Rosário, Carutapera e Buriticupu.

Novas licitações serão feitas para conclusão de obras em Colinas, Riachão, São Francisco do Maranhão, Lago da Pedra, Matões, Morros, Santa Luzia do Paruá, Santa Rita e Viana.

Em São Luís _____

Corregedoria promove mutirão do 'Reconhecer é Amar'

Em razão da crescente demanda do Projeto "Reconhecer é Amar", a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ) realiza nesta sexta-feira, 28, no Fórum Desembargador Sarney Costa, um mutirão de reconhecimentos de paternidade. A ação acontecerá sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês, em parceria com as varas da Família e o Laboratório de Biologia Molecular. Para o primeiro dia, já estão agendadas 26 audiências na 1ª Vara da Família, cujo titular é o magistrado José de Ribamar Castro. **Página 6**

Nesta sexta-feira

Corregedoria promove mutirão do 'Reconhecer é Amar'

Em razão da crescente demanda do Projeto "Reconhecer é Amar", a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ) realiza nesta sexta-feira, 28, no Fórum Desembargador Sarney Costa, um mutirão de reconhecimentos de paternidade. A ação acontecerá sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês, em parceria com as varas da Família e o Laboratório de Biologia Molecular.

Para o primeiro dia, já estão agendadas 26 audiências na 1ª Vara da Família, cujo titular é o magistrado José de Ribamar Castro. Elas são referentes à indicações de reconhecimento de paternidade, feitas pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos, no Posto "Reconhecer é Amar", instala-

do no Fórum do Calhau, no dia 17 de julho deste ano.

Com vistas a incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário baseado no Programa "Pai Presente" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e garantir celeridade ao projeto, os mutirões, previamente acordados com todos os magistrados das 7 Varas de Família da capital, acontecerá simultaneamente na unidade jurisdicional e no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Durante a ação, o pai terá a oportunidade de reconhecer espontaneamente seu filho. Caso não queira, o magistrado determinará que ele realize o exame de DNA, logo em seguida à audiência, no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

❖❖ Na terça-feira (25), foi instalado o Conselho da Comunidade na comarca de Santa Inês. A juíza Larissa Tupinambá Castro, titular da 2ª Vara e da Execução Penal, promoveu a instalação do Conselho com o objetivo de possibilitar a adoção de medidas efetivas para atenuar ou resolver os problemas do sistema penitenciário.

❖❖ **Com isso, busca a cooperação da sociedade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.**

❖❖ O Fórum de Arari vai ter o atendimento suspenso, hoje, em atendimento ao decreto municipal que determina feriado na cidade, em função da Festa da Melancia.

❖❖ **O juiz Gladiston Luis Nascimento Cutrim, titular da comarca, já informou aos órgãos interessados sobre a suspensão no atendimento, por meio de Ofício.**

❖❖ Portaria da Presidência do TJ determina suspensão do atendimento forense em comarcas do interior quando for feriado definido em Lei Municipal. O ato também determina que quando houver a suspensão do atendimento forense deverá funcionar o plantão judiciário.

Conselho da Comunidade é instalado em Santa Inês

Na terça-feira (25), foi instalado o Conselho da Comunidade na comarca de Santa Inês. A juíza Larissa Tupinambá Castro, titular da 2ª Vara e da Execução Penal, promoveu a instalação do Conselho com o objetivo de possibilitar a adoção de medidas efetivas para atenuar ou resolver os problemas do sistema penitenciário, buscando a cooperação da sociedade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

No evento, Larissa Tupinambá Castro defendeu também a ampliação do rol de sanções alternativas para reduzir a lotação das cadeias e permitir a reinserção social dos condenados.

O Conselho é formado por uma equipe multidisciplinar composta por advogados, psicólogos, assistentes sociais, empresários e professores. Caberá a cada membro do Conselho: visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar presos; apresentar relatórios

mensais ao Juízo da Execução (2ª Vara) e ao Conselho Penitenciário; diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

A sessão solene de instalação do Conselho da Comunidade aconteceu na Câmara Municipal. O evento contou com as presenças da juíza, do representante do Ministério Público, responsável pela fiscalização da pena, do presidente da OAB - Seccional de Santa Inês, do presidente da Câmara, de pastores, de padres, de presidentes de associações de bairro, e também, de representantes de sindicatos e da sociedade civil.

Ao final da cerimônia, foi expedido ofício ao Banco do Brasil para a abertura de conta bancária em favor do conselho onde serão depositados os valores oriundos de multas e penas aplicadas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais ou das Varas com competência criminal.

Juíza da 1ª Vara de Zé Doca faz Correição Extraordinária em cartório

A juíza da 1ª Vara de Zé Doca, Denise Pedrosa Torres, realiza, a partir das 8h30 de amanhã (29) até as 12h de segunda-feira (1º), Correição Geral Extraordinária na Serventia Extrajudicial do 1º Ofício da comarca. A ação se deve ao “significativo número de reclamações relativas ao funcionamento da Serventia Extrajudicial”.

Para o trabalho, a magistrada contará com o apoio de equipe formada por secretária judicial, assessor da juíza e analista judiciário da Vara. Aos servidores caberá a elaboração de minuta do Relatório de Correição e Inspeção a ser encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça no prazo máximo de 30 dias.

Serventuários – A medida consta na Portaria nº 22/2012, editada pela magistrada. No documento, Denise Torres determina a convocação, para o ato de abertura, de todos os serventuários do cartório, titulares e/ou que estejam respondendo ou substituindo, com os títulos de nomeação ou de designação. Ainda de acordo com o documento, durante os trabalhos

de correição não serão realizadas audiências na comarca. A atuação processual da juíza ficará limitada aos atos de urgência, ressalta o documento.

Registro – A magistrada relata que, desde que chegou à comarca, em março deste ano, chegam à 1ª Vara reclamações relativas à Serventia Extrajudicial; a maioria delas relativas a escrituras públicas (registro de imóveis) que não estão sendo lavradas. Outras reclamações dizem respeito à cobrança de taxas indevidas.

Por causa das reclamações, a magistrada diz que já esteve no cartório, onde conversou sobre o problema com o tabelião interino, Paulo Rafael de Souza Dornelas. “Ele diz que problemas nos livros impedem os registros”, afirma a magistrada. Quanto à cobrança de taxas indevidas, o tabelião informou à magistrada que o problema ocorreu na gestão anterior.

Quanto à cobrança de taxas indevidas, o tabelião informou à magistrada que o problema ocorreu na gestão anterior.

Soluções – “Resolvi parar. Parar

para ver como está. Ver os livros. Ver que soluções podemos dar no caso de livros com problemas. Procurar uma luz para melhorar a prestação de serviços. Ver de que forma atender sem incorrer em irregularidades”, explica a juíza.

E continua: “Vamos dividir os processos, analisar as reclamações uma a uma. Tentar resolver”. De acordo com a magistrada, se isso não for possível a Corregedoria Geral da Justiça será comunicada para enviar uma equipe à Serventia Extrajudicial do 1º Ofício.

Processo – A tabeliã titular do cartório, Maria do Perpétuo Socorro Pereira, foi afastada em maio de 2011. Na CGJ-MA, um processo investigatório sobre irregularidades no cartório corre sob sigilo.

OAB/MA encaminha ofício ao TJ sobre processo para escolha de desembargador

O presidente da OAB/MA, Mário Macieira, enviou ontem ofício ao presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior, com informações sobre o processo de composição da lista sêxtupla com nomes de advogados para escolha de desembargador pelo Quinto Constitucional. No documento, Mário Macieira reafirma que o procedimento em curso atende ao devido processo legal.

No ofício, Mário Macieira lembrou que somente em abril a OAB/MA foi comunicada da vaga a ser preenchida pelo Quinto Constitucional. E logo na primeira quinzena de maio, a diretoria publicou edital informando sobre a abertura do processo de escolha, tendo os interessados 15 dias a contar da data de publicação para se inscreverem. No documento, o presidente da OAB informa que

após a análise das inscrições requeridas, por 20 advogados, pela diretoria da entidade, duas delas foram indeferidas, estando, atualmente, em fase de apreciação dos recursos, que serão julgados pelo Conselho Seccional, observados os prazos regimentais.

Mário Macieira lembrou que a OAB/MA não pode se afastar das normas do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94), bem como do Provimento nº 102/204 do Conselho Federal da OAB, que dispõe sobre a indicação, em lista sêxtupla, de advogados que devam integrar os Tribunais. O presidente da Seccional informou, ainda, que a entidade emitira nota pública sobre o fato para que “não caiba à OAB/MA a responsabilidade pelos possíveis atrasos na prestação jurisdicional, pela Corte de Justiça”.

Aprovada construção de três novos fóruns

O processo de licitação para construção de novos fóruns no interior foi concluído esta semana pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Serão beneficiadas dessa vez as comarcas de Santa Helena, Magalhães de Almeida e São Bernardo, confirma o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

De acordo com a Diretoria de Engenharia do TJMA, os serviços devem ter início em outubro. Também estão em licitação os novos fóruns de Imperatriz (segunda maior comarca do estado), Açailândia, Cidelândia e São Pedro da Água Branca.

“Alavancamos um plano de engenharia que visa dotar as comarcas de estrutura necessária para atendimento de qualidade ao cidadão que precisa da Justiça”, diz Guerreiro Júnior.

O presidente assegura a instalação das comarcas de Joselândia

e Miranda do Norte. Em Joselândia o prédio está pronto e recebe nova mobília e equipamentos. Em Miranda do Norte, o Tribunal aguarda a cessão de imóvel a ser doado pelo governo do Estado.

“São comarcas criadas, mas não instaladas. A inauguração dos novos fóruns vai desafogar a intensa demanda de processos nas regiões Central e Norte e acelerar a prestação jurisdicional”, avalia Guerreiro Júnior.

Entrega – Segundo o diretor de Engenharia do TJMA, Rui Barbosa Lima Sobrinho, está prevista para novembro a entrega das sedes próprias das comarcas de Pio XII, Rosário, Carutapera e Buriticupu.

Novas licitações serão feitas para conclusão de obras em Colinas, Riachão, São Francisco do Maranhão, Lago da Pedra, Matões, Morros, Santa Luzia do Paruá, Santa Rita e Viana.

Corregedoria promove mutirão do “Reconhecer é Amar” em São Luís

Em razão da crescente demanda do Projeto “Reconhecer é Amar”, a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ) realiza hoje (28), no Fórum Desembargador Sarney Costa, um mutirão de reconhecimentos de paternidade. A ação acontecerá sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês, em parceria com as varas da Família e o Laboratório de Biologia Molecular.

Para o primeiro dia, já estão agendadas 26 audiências na 1ª Vara da Família, cujo titular é o magistrado José de Ribamar Castro. Elas são referentes à indicações de reconhecimento de paternidade, feitas pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos, no Posto “Reconhecer é Amar”, instalado no Fórum do Calhau, no dia 17 de julho deste ano.

Com vistas a incentivar o re-

conhecimento de paternidade voluntário baseado no Programa “Pai Presente” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e garantir celeridade ao projeto, os mutirões, previamente acordados com todos os magistrados das 7 Varas de Família da capital, acontecerá simultaneamente na unidade jurisdicional e no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Durante a ação, o pai terá a oportunidade de reconhecer espontaneamente seu filho. Caso não queira, o magistrado determinará que ele realize o exame de DNA, logo em seguida à audiência, no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Desde a inauguração do posto do “Reconhecer é Amar”, no Fórum de São Luís, já foram registrados: 142 reconhecimentos espontâneos e 74 indicações de paternidade.